

OS DESAFIOS DA “EDUCAÇÃO INCLUSIVA” NO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE

Mairla Meneses Lopes Teles ¹

RESUMO

A inclusão escolar é um processo delicado e complexo de alta importância para uma sociedade que precisa desenvolver estratégias de convivência que considerem a maravilhosa diversidade dos seus cidadãos. A política inclusiva, atualmente, sustenta-se na ação do intérprete de Libras, pois a maior parte dos docentes não tem qualificação para um bom acolhimento dessa clientela. A pesquisa que originou este artigo buscou identificar as dificuldades de inclusão do aluno surdo no Ensino Técnico Profissionalizante do Instituto Federal do Piauí – IFPI a partir da análise das representações sociais de servidores e discentes sobre o tema. Foram aplicados 45 (quarenta e cinco) questionários para identificação das representações sociais referentes à inclusão dos alunos surdos no campus, gerando 72 (setenta e duas) evocações. A análise baseou-se na teoria do Discurso do Sujeito Coletivo e utilizou o DSCsoft2.0 (Tolteca). Inclusão está vinculada a igualdade - foi a evocação mais forte. Ouvintes e não ouvintes estão em território frágil na construção de um processo de comunicação eficaz, e o intérprete de Libras é a interface entre estes dois mundos, havendo urgente necessidade de melhoria de suas condições de trabalho considerando programas de prevenção de doenças ocupacionais e ampliação do quadro destes profissionais. Para os docentes, a Inclusão precisa estar atrelada a um “ensino digno” que crie oportunidades para o desenvolvimento e autonomia dos alunos, e que lhes oportunize a inserção no mercado de trabalho. Isso demanda um sério planejamento, capacitação adequada e investimentos na melhoria dos instrumentos e ambientes educacionais.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Ensino profissionalizante, Representações sociais.

INTRODUÇÃO

A pesquisa objetivou identificar as dificuldades para a implantação da Política de Inclusão do Instituto Federal do Piauí – IFPI. A teoria das representações sociais foi a referência sobre a qual foram problematizadas as concepções de docentes, servidores e estudantes sobre o tema “Inclusão do aluno deficiente”.

O foco da pesquisa se concentrou na Inclusão da pessoa surda no Ensino Técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, no campus Teresina Zona Sul – CATZS. O principal instrumento da pesquisa foi a aplicação de questionários com a comunidade acadêmica e a realização de entrevistas estruturadas com representantes dos

¹ Graduada pelo Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Piauí – UF, mairlateles@ifpi.edu.br
Mestra pelo Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí – UFPI
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Administração da Universidade Federal da Paraíba – PB

setores de Pedagogia e de Ensino do CATZS. A pesquisa enquadra-se na modalidade de estudo exploratório, descritiva, dentro de uma abordagem qualitativa, tomando o levantamento e tratamento de dados quantitativos numa perspectiva complementar. A abordagem qualitativa se adéqua melhor para a análise de representações sociais, onde o caráter subjetivo dos elementos envolvidos é preponderante.

O trabalho foi desenvolvido com a colaboração da equipe do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, responsável pela intermediação entre os professores e os alunos. Após as análises foram identificados elementos importantes para a melhoria da Inclusão no processo de ensino-aprendizagem da disciplina Segurança do Trabalho, gerando subsídios para outras disciplinas. Também foram elencadas contribuições para a melhoria da política inclusiva institucional.

Caracterização do Cenário de Intervenção

O *campus* IFPI - Teresina Zona Sul, escolhido para a pesquisa, possui cerca de 1.200 alunos, 100 professores e 70 funcionários e faz parte de uma rede nacional de ensino que reúne diferentes modalidades de ensino abrangendo cursos técnicos de nível médio nas formas integrada, concomitante e subsequente ao ensino médio; e cursos superiores, na modalidade de Curso Tecnológico e Licenciatura.

Segundo dados informados pelo Núcleo de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais - NAPNE, no período da pesquisa, o campus recebeu 16 alunos com demanda de atendimento para Inclusão. A relação dos alunos com necessidades específicas, no período de 2018 (2º semestre) são: 09 Surdez; 01 Dislexia; 01 Transtorno de Espectro Autista/Síndrome de Asperger; 01 Deficiência Visual; 01 Déficit de Atenção; 01 Deficiência Física/Deformidade do Membro Inferior Direito; 01 Microcefalia, Baixa Visão, Malformação em Mãos e Pés, Dificuldade de Aprendizagem; 01 Deficiência Física, Escoliose. Dos alunos deficientes matriculados na época da pesquisa, 50% eram surdos e solicitaram auxílio de intérpretes em Libras para poderem assistir as aulas.

Estes números têm aumentado em uma proporção não linear, desde que o campus começou a receber alunos deficientes, o que demonstra o interesse cada vez maior da comunidade surda que agora se sente empoderada e visualiza possibilidades concretas de inserção no mercado de trabalho. A instituição também tem feito uma campanha de divulgação sobre sua política de Inclusão que tem alcançado e atraído cada vez mais jovens e adultos deficientes.

No Brasil inúmeros documentos e diretrizes vem fazendo referência aos direitos educacionais e sociais das pessoas com necessidades educacionais específicas tendo por base documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

A Educação Inclusiva, segundo Sasaki (1997, p. 41), pode ser conceituado como um “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...]”.

Entendeu-se que a pesquisa precisava identificar e avaliar o papel e a importância de todos os agentes envolvidos no sistema de Inclusão educacional. A partir da observação das experiências vivenciadas no campus IFPI-Teresina Zona Sul e, considerando os elementos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e no acolhimento do aluno deficiente na sociedade, propõe-se o esquema apresentado na Figura 1.



Figura 1: Elementos envolvidos no processo da Inclusão educativa no IFPI
Fonte: Elaborado pela autora (2019)

REFERENCIAL TEÓRICO

O Discurso Coletivo – Análise das Representações Sociais

O psicólogo social Serge Moscovici, autor de referência define representações sociais como “uma modalidade de conhecimento particular tendo a função de elaboração dos comportamentos e da comunicação entre os indivíduos” (MOSCOVICI, 2012, p. 27). Analisando a estrutura dessa forma de expressão do “pensar social”, pode-se compreender uma representação social como um conjunto de elementos de conhecimento ligados a um

objeto social e os elementos constituintes de cada representação são unidades básicas chamadas cognemas (ROUQUETTE, 1994 *apud* WACHELKE, 2014).

A teoria tradicionalmente mais adotada para análise das Representações Sociais é a ‘teoria do núcleo central’. Esta teoria explica que as representações sociais possuem elementos que formam um núcleo central que as definem e as organizam. Este núcleo é complementado por um sistema periférico que contém elementos condicionais e flexíveis relacionados aos aspectos práticos, apresentando contradições eventuais, e, também, idiossincrasias. Dessa forma, entende-se que para caracterizar as representações sociais, e os processos a elas associados, é preciso conhecer os elementos da estrutura da representação, ou seja, é preciso caracterizar as propriedades estruturais básicas das principais ideias e crenças sobre o objeto social em foco (MOLINER, 1994 *apud* WACHELKE, 2014).

A elaboração dos questionários seguiu a proposta de Wachelke (2014) – o Qualiquic. O Qualiquic consiste em seis questões abertas. Para cada um deles, os participantes de pesquisa são convidados a fornecer duas respostas, enfocando dois aspectos diferentes do objeto social. Os respondentes foram instruídos a escrever uma frase para cada aspecto. Segundo o autor da técnica não é um procedimento de associação e nem uma tarefa elaborando produção discursiva elaborada (WACHELKE, 2014). A análise de dados foi feita com a ajuda do DSC Software 2.0 da Tolteca, desenvolvido por Fernando Lefèvre e Ana Maria C. Lefèvre. Para a análise da representação social de um determinado objeto considerou-se a frequência de aparição de um elemento e o grau de importância a ele atribuído.

METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Caracterização da Pesquisa

A pesquisa enquadra-se na modalidade de estudo exploratório, descritiva, dentro de uma abordagem qualitativa, tomando o levantamento e o tratamento de dados quantitativos numa perspectiva complementar. A abordagem qualitativa se adequa melhor para a análise de representações sociais, onde o caráter subjetivo dos elementos envolvidos é preponderante.

Para a viabilização do projeto a equipe foi formada por um docente pesquisador, ministrante da disciplina Segurança do Trabalho, uma servidora do Núcleo de Apoio ao

Portador de Necessidades Específicas – NAPNE e 05 alunas surdas, bolsistas voluntárias que cursaram essa disciplina.

Na investigação dos conteúdos das representações sociais foi utilizada a técnica de associações de palavras que fundamenta o Discurso do Sujeito Coletivo – DSC. Para tal, foi adotada, com adaptações, a técnica qualitativa – Qualiquic – que é fácil e simples de aplicar, e tem por vantagem reunir conteúdos representacionais caracterizados por suas relações com o objeto de representação, baseando-se numa lista simplificada de conectores descritivos, práticos e avaliativos do modelo dos esquemas cognitivos de base, com base na proposta de Walchelke (2014).

Foram adotados como instrumentos para a coleta de dados: a aplicação de questionários, o registro fotográfico e o relato de experiências/estudo de caso da Disciplina Segurança do Trabalho. A pesquisa fundamentou-se, também, em uma análise documental da literatura específica e dos documentos institucionais que tratam da Política de Inclusão.

Realização de Entrevistas e Aplicação de Questionários

Como critérios para a seleção da amostra foram levados em conta: a heterogeneidade da amostra no que se refere a gênero, idade e tempo de prática docente, conforme as orientações de Couto (2008 *apud* ARRUDA, 2002), mas também foi considerada a função e importância das atividades realizadas pela pessoa na relação com o objeto da pesquisa.

Na coleta de dados junto aos docentes foi aplicado questionário junto a uma amostragem de 07 docentes do quadro dos professores, 09 servidores, sendo 05 representantes dos setores de Apoio (Diretoria Geral, Diretoria Financeira, NAPNE, Pedagogia e Assistência Social), 23 são alunos ouvintes e 06 são alunos surdos dos cursos de Técnico em Edificações, Técnico em Nutrição e Dietética e de Técnico em Cozinha. Para a coleta de dados junto a estes alunos foi preciso a mediação de uma intérprete especialista em Língua Brasileira de Sinais. No total, foram aplicados 45 questionários para identificação das representações sociais referentes à questão “O que é Inclusão”, que geraram 72 evocações.

Os resultados foram processados e transformados em tabelas e infográficos com o uso do software Excel e do DSCsoft. A análise das entrevistas buscou identificar convergências e divergências para o delineamento das representações sociais dos agentes envolvidos, tendo por base a teoria do Discurso do Sujeito Coletivo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Categorias para o Conceito de “Inclusão Escolar” e Agrupamentos das Respostas com Base nas Expressões Chaves e nas Ideias Associadas

Os questionários para docentes, servidores e discentes apresentavam duas questões: “Em sua opinião o que é a “Inclusão da Pessoa Deficiente no Ensino Técnico do IFPI?” Em sua opinião que fatores interferem na Inclusão da Pessoa Deficiente no Ensino Técnico do IFPI?” Foram identificadas 09 categorias de representações, considerando a associação das ideias expressas pelos entrevistados. Segue um quadro com a caracterização de cada categoria.

O Quadro 1 mostra as categorias e a frequência das evocações agrupadas nas categorias conforme os grupos dos entrevistados, de forma comparativa.

Categoria	alunos surdos	alunos ouvintes	docentes	servidores	setor de apoio
A – Igualdade	58,3%	14,3%	0,0%	28,6%	34,2%
B – Diversidade e respeito	0,0%	14,3%	0,0%	0,0%	2,6%
C – Adequação e qualificação	33,3%	8,6%	45,5%	28,6%	31,6%
D – Direito de todos à Educação	0,0%	31,4%	0,0%	0,0%	0,0%
E – Qualificação para inserção no mercado de trabalho	0,0%	2,9%	18,2%	0,0%	5,3%
F – Inclusão é socialização	0,0%	14,3%	18,2%	28,6%	13,2%
G – Inclusão é acolhimento	8,3%	5,7%	0,0%	0,0%	5,3%
H – Inclusão é ensino digno	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,6%
I – Inclusão é promover autonomia	0,0%	8,6%	0,0%	14,3%	0,0%

Quadro 1: Frequência das evocações agrupadas nas categorias conforme os grupos dos entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Adotando a técnica de “identificar (iluminar)” as expressões chaves, pôde-se organizar as ideias dos entrevistados em grupos ou categorias.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Analisando as Representações Sociais dos Entrevistados, com Relação ao que seja ‘Inclusão no Ensino Técnico do IFPI’

a) Alunos Ouvintes

As evocações deste grupo se concentraram principalmente nas seguintes categorias: Igualdade (14,3%), Direito à Educação (31,4%), Adequação e Qualificação (14,3%); Inclusão é Socialização (14,3%).

O discurso dos alunos ouvintes defende que os alunos - surdos e ouvintes - devem ser considerados em igualdade de condições, o que significa, que ambos têm, indistintamente, direito à Educação, e que ambos têm capacidade para ter êxito nos estudos para obter uma formação profissional. Dessa forma, cabe às instituições de ensino *“aceitar a diversidade como um fato inerente à sociedade”*, sendo sua responsabilidade (da instituição) *“adequar-se às necessidades”* de seus estudantes, sejam quais forem suas características. Uma das respostas evidência bem estas conclusões quando define que Inclusão é *“valorização da diversidade humana”*, sendo natural as *“diversas transformações no ambiente escolar”*.

Mas, uma parte dos entrevistados defende que a Instituição precisa *“amparar a pessoa deficiente”* a fim de *“recolocá-lo na sociedade de maneira em que os mesmos possam ter os mesmos direitos como indivíduos sociais e pensantes”*. Outra resposta diz que Inclusão *“É ser empático, respeitando e tentando ajudar de alguma forma”*. Estas expressões chamam a atenção para a dimensão *“convivência e socialização”*. Assim, a Inclusão só se efetivaria em escolas ditas ‘normais’, onde haja a convivência com a diversidade.

b) Alunos Surdos

As evocações dos alunos surdos se concentraram em apenas 03 categorias: Igualdade (58,33%), Adequação e Qualificação (33,33%), e Acolhimento (8,33%).

O discurso dos alunos surdos pode ser bem exemplificado nos depoimentos que definem Inclusão como *“receber a pessoa sem discriminação e fazer a pessoa se sentir incluída”*, e *“não ter diferença, todos iguais é assim que precisa ser”*. Para estes alunos cabe à Instituição oferecer *“oportunidade igual para todos”* e *“um ensino qualificado para o surdo”*. É necessário *“procurar recursos para a pessoa com deficiências aprender”* e *“Professores dispostos a ensinar os deficientes”*. O tratamento igualitário, sem preconceito, é

a ideia central que se destaca nas evocações dos estudantes surdos que declaram que tudo deve partir desta postura de acolhimento com respeito e sem preconceito.

c) Docentes

Este foi o único grupo que não tem evocações na categoria Igualdade. No entanto, apresentou expressões que configuraram interessantes categorias. As categorias relacionadas com as respostas deste grupo são: Adequação e Qualificação (45,45%); Qualificação para Inserção no Mercado de Trabalho (18,18%); Inclusão é Socialização (18,18%); Inclusão é Promover Autonomia (9,09%); e Inclusão é Acolhimento (9,09%).

Este grupo, como era de se esperar, concentrou suas evocações em torno de observações sobre a qualidade do ensino a ser ofertado. Como representantes do grupo responsável pela mediação do conhecimento, e conscientes do seu papel para o êxito do processo de ensino-aprendizagem, os docentes chamam a atenção para os aspectos que interferem na formação técnica do futuro profissional.

Um depoimento que exemplifica bem essa situação é o que diz que Inclusão é *“oportunidade para a pessoa deficiente alcançar uma formação técnico-profissional”* e que representa configurar *“uma nova escola, com capacidade de receber e ensinar dignamente a pessoa deficiente”*. Nesta evocação, e em outras expressões, os docentes declaram que não basta trazer o aluno para o Ensino Técnico, sem assegurar condições para que eles tenham uma formação adequada, e o mercado possa confiar no profissional egresso. Um depoimento que se destaca diz: *“o IFPI está colocando o deficiente na escola, mas o deficiente não está recebendo a devida atenção. Não é só colocar o deficiente dentro da escola, é fazê-la participar da escola”*. Outro chama a atenção sobre as diferentes expectativas dos setores sociais: Inclusão para o aluno é *“uma oportunidade de crescimento, a partir do conhecimento adquirido em sala”*, ele *“passa a entender-se como um protagonista do seu crescimento”*; mas para a sociedade Inclusão é *“um ganho de qualidade, pois uma mão de obra qualificada só melhora a vida dos envolvidos”*.

Percebe-se que as evocações dos docentes, ao contrário do que podia-se pensar estão carregadas de valiosas reflexões porque olham o processo como um todo: os docentes declaram que a Inclusão deve *“assegurar recursos materiais, humanos e metodologia didático-pedagógica adequada para o ensino dos deficientes”* o que se traduz em *“infraestrutura adequada com acessibilidade”* e *“profissionais capacitados para atender a necessidade da pessoa deficiente”*.

d) Servidores

Os servidores tiveram suas evocações reunidas com a mesma proporção de 28,57% nas categorias Igualdade, Adequação e Qualificação e Inclusão é Socialização. Em menor proporção a categoria Inclusão é promover a Autonomia também foi identificada para o grupo (14,29%).

Para os servidores Inclusão é *“permitir que pessoas, outrora sem oportunidades, possam enfim concluir o Ensino Médio de forma digna, ter uma profissão e ainda, a possibilidade da educação continuada”*, uma evocação muito representativa. Além disso, para os servidores Inclusão é *“integrar a pessoa com deficiência a uma sociedade, mostrar que ela é capaz de ter uma vida normal igual a de todos a sua volta”*.

A Inclusão ainda não foi totalmente alcançada no IFPI por falta de condições materiais e estruturais e isto precisa ser solucionado, pois, segundo uma evocação, incluir é *“ultrapassar barreiras e cruzar fronteiras”*, e assim *“ter um sistema de ensino com estrutura adequada em todos os sentidos para receber todos os indivíduos independente de condições psicológicas, físicas, sociais”*.

e) Representantes dos Setores de Apoio

O questionário para os servidores dos Setores de Apoio tinha outras questões, mas contemplava um questionamento equivalente sobre o que seria Inclusão Escolar.

Para este grupo, Inclusão é *“acolher todas as pessoas no sistema de ensino, independentemente da etnia, raça, gênero, orientação sexual, classe social e condições físicas, psicológicas [...]”*. Um entrevistado declarou que Inclusão, na sua opinião, *“trata-se de um conjunto de ações que visam acolher os estudantes com necessidades específicas [...]”* e outro declarou que *“Inclusão social é acolher todas as pessoas na escola [...] respeitando e lhe dando condições para seu aprendizado e seu desenvolvimento, pois tem a mesma capacidade que os demais (alunos)”*.

Analisando as Representações Sociais dos Entrevistados, com Relação aos Fatores que Influenciam na ‘Inclusão no Ensino Técnico do IFPI’

As respostas de todos os entrevistados foram agrupadas nas seguintes categorias:

- recursos adequados (recursos humanos, financeiros e estrutura adequada/acessibilidade): 37,88%
- respeito, conscientização e empatia: 24,24%

- política institucional/ter mais vagas: 4,55%
- capacitação dos docentes e servidores (metodologia adequada e conhecimento em Libras): 24,24%
- informação e orientação para os surdos: 4,55%
- integração com a família: 4,55%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações sociais dos docentes indicam uma boa compreensão sobre as necessidades dos alunos, e como era de se esperar esta categoria é mais exigente e crítica quanto ao processo. Os docentes estão conscientes de que precisam rever sua prática, mas não se sentem seguros para lidar com a situação. Isso dá a impressão de que “aparentemente” eles não têm interesse em se envolver. Mas, muitas evocações demonstram que existe uma preocupação real e profunda com o problema, embora vinculada a um certo temor de implantar mudanças, principalmente porque se preocupam com a qualidade técnica da formação dos futuros profissionais, uma questão que nenhum outro grupo levantou. Os docentes, devido à sua formação técnica, não conseguem ainda visualizar com clareza os mecanismos e alternativas para atender os deficientes em toda a sua diversidade; um dos motivos para isso é que conhecem as limitações do sistema e das políticas institucionais que criam normativas e exigências para a prática, sem prover os recursos necessários.

Uma das evocações de representantes de outros grupos declara que os docentes têm que entender que a legislação define que nenhum aluno pode ser deixado de fora do sistema e que a escola é obrigada a recebê-los. No entanto, ficou evidente que a postura dos docentes também deve ser proativa, buscando os mecanismos para superar suas deficiências pois deve assumir seu papel como mediador entre os alunos surdos e conhecimentos no mesmo nível de exigência que faz com os alunos ouvintes.

A práxis na sala de aula deve ser o resultado da integração de todos estes fatores, mas na realidade do dia a dia, do ensino público, o processo se inverte: o docente é o primeiro a ser chamado para iniciar a Inclusão. Na verdade, ele é o primeiro que se depara com as necessidades urgentes de adaptação de conteúdo e metodologia, e vem sendo reservado a ele, a máxima responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do aluno, independente dos demais fatores serem solucionados, ou não.

Ficou bem claro que para os docentes a Inclusão deve estar atrelada a um “ensino digno” que crie oportunidades para o desenvolvimento e autonomia dos alunos, e que lhes oportunize a inserção no mercado de trabalho, e, portanto, é preciso que seja feita com planejamento e capacitação.

A escola necessita de novos equipamentos e materiais específicos para que o professor possa superar o limite das “aparentes” deficiências do aluno que tem características especiais, bem como precisa adaptar as edificações às exigências da acessibilidade arquitetônica. Todos estes fatores têm papel fundamental para que a Inclusão possa ser de fato alcançada. A prática do professor na sala de aula deve se somar a todos estes fatores, de forma integrada.

Para os servidores, alunos ouvintes e representantes dos setores de apoio a questão principal é o acolhimento e a socialização dos alunos deficientes. Para estes agentes a Inclusão precisa mudar a realidade dos deficientes que durante décadas foram deixados à margem da sociedade como se fossem incapazes e não tivessem os mesmos direitos que as demais pessoas. Igualdade é a evocação mais forte para estes agentes. Inclusão também deve estar vinculada à Igualdade, ao Acolhimento, ao Direito à Educação, à Socialização, e, demanda qualificação de docentes e servidores, bem como adequação da instituição.

É necessário “procurar recursos para a pessoa com deficiências aprender” e “professores dispostos a ensinar os deficientes”. O tratamento igualitário, sem preconceito, é a ideia central que se destaca nas evocações dos estudantes surdos que declaram que tudo deve partir desta postura de acolhimento com respeito e sem preconceito.

Na visão dos intérpretes três elementos são essenciais: 1) a implantação de um programa de monitoramento para acompanhamento dos alunos surdos; 2) a manutenção de um programa permanente de capacitação em Libras na instituição; 3) a existência de uma equipe de intérpretes para acompanhar os alunos nas atividades extraclasse.

Há necessidade de que a política institucional de Inclusão contemple a preocupação em melhorar as condições de trabalho dos intérpretes mantendo programas de prevenção do aparecimento de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) e do estresse mental e físico causado por suas atividades profissionais. Isso evitará afastamentos ou até mesmo dispensas do trabalho por problemas relacionadas ao trabalho repetitivo. Além disso, o quadro de intérpretes deve ter pessoal suficiente para que ele possa ter as pausas necessárias sem que haja prejuízo para os alunos surdos, ou seja, sempre deve haver um intérprete em atividade, enquanto o outro descansa.

Recomenda-se, ainda, que esta pesquisa seja divulgada e ampliada tendo em vista seu caráter exploratório diante da relevância do objeto da pesquisa.

Como se pode abstrair desta experiência investigativa, são grandes os desafios. Mas é justamente em campos de batalha como este, na Educação, que podem ser construídas pequenas e valiosas vitórias que contribuirão para que nossos alunos se sintam mais preparados para ganhar suas próprias batalhas, em condições mais igualitárias e dignas.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, A. Uma abordagem processual das representações sociais sobre o meio ambiente. In: ARRUDA, A. (org.). **Olhares sobre o contemporâneo: representações sociais de exclusão, gênero e meio ambiente**. João Pessoa: UFPB. 2002.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **Tutorial do DSC Soft**, fev. 2019.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- WACHELKE, J. Qualitative questionnaire for the identification of cognems (Qualiquic): an exploratory technique to identify social representation contents and relations. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, n. 30, p. 105-110, 2014.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca - Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.